



CNPJ  
09.769.035/0001-64



SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E DE 2000 - CAPITAL AUTORIZADO - R\$ 1.400.000.000,00 - CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO - R\$ 1.091.759.428,83**

**Senhores Acionistas:**

A Diretoria da Companhia Pernambucana de Saneamento Compesa, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório de administração e as Demonstrações Contábeis para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001.

**Relatório de atividades**

O ano de 2001 foi marcado por diversas ações implementadas pela COMPESA, com o apoio do Governo do Estado, visando desenvolver, reestruturar e buscar o equilíbrio econômico-financeiro da empresa. Nesse contexto, ressalta-se o prosseguimento do Programa ÁGUAS DE PERNAMBUCO, que está beneficiando cerca de 3 milhões de pessoas em todo o Estado, com mais de 200 obras concluídas e em andamento, onde estão sendo investidos recursos da ordem de R\$ 300 milhões, gerando cerca de 7.000 empregos diretos e indiretos. Nesse Programa destacamos as obras da Adutora do Oeste, beneficiando diversos municípios do Sertão do Araripe; a conclusão da Barragem de Pirapama; a continuação das obras do Sistema Várzea do Una, contemplando os municípios de Camaragibe e São Lourenço da Mata; a execução das Barragens de Taquantinga do Norte e Poção e das Adutoras de Guabiraba, Beberibe, Caixa d'Água, Paratibe, Caetés, Cruz de Rebouças, Arcoverde, Sertânia, Limoeiro e Viçência; as obras de esgotamento sanitário do Recife, beneficiando Brasília Teimosa, Pina, Encanta Moça e Bode; os projetos do Sistema Adutor Sul, beneficiando a RMR Sul e do esgotamento sanitário da Bacia do Tejiópi, para atendimento à zona sul do Recife, ambos em fase final de elaboração.

Mesmo com esses investimentos, reconhecemos que a empresa tem problemas crônicos de gestão, que deverão continuar a serem enfrentados nos anos que se seguem. Infelizmente, na época atual, não há disponibilidade de montantes elevados de recursos financiados ou a fundo perdido para implementação de programas de desenvolvimento institucional. Cada etapa da negociação, desde o projeto até a efetiva realização orçamentária e financeira tem que ser objeto de intensa luta perante os agentes financiadores, nacionais ou estrangeiros, que, para tal concessão, exigem de forma contundente a análise do desempenho econômico-financeiro global e setorial, tanto da empresa quanto do empreendimento. Por conta disso, é importante salientar que desde 2000 vários débitos antigos foram pagos, como os R\$ 215 milhões relativos a

contas de energia da CELPE e outros foram parcelados, adotando-se medidas concretas com relação ao corte de despesas correntes. Além do mais, vários desembolsos que antes não eram honrados regularmente passaram a compor as nossas despesas mensais, como CELPE, INSS, PASEP, COFINS, REFIS e COMPREV.

**Comparativo dos Resultados dos Exercícios 2001/1999**

Indicadores Financeiros	Em milhares R\$			Variação	
	2001	2000	1999	2001/2000	2001/1999
Receita Operacional	252.001	205.905	182.993	22.387	37.711
Despesa Operacional	232.333	215.916	216.840	7.604	7.145
Resultado Operacional	2.183	-10.011	-33.847	12.109	-106.450
Margem de Despesa Operacional	0,922	1,049	1,185	12,107	-22,198
Encargos Financeiros	17.484	32.302	38.214	-45,873	-54,247
Patrimônio Líquido	852.153	762.030	463.962	11.827	83.669
Lucro (Prejuízo)	4.948	-46.964	-76.243	110.535	-106.489
Liquidez Corrente	2,268	2,250	0,470	0,800	382,553
Lucro por Ação	0,196	-1,999	-4,598	109,830	-104,274

A COMPESA obteve no exercício de 2001 um resultado operacional favorável e, ainda que pequeno, pode ser considerado uma conquista de todos os que fizeram a empresa nesses 3 anos de gestão, numa tenaz busca pela redução de custos e pelo incremento da receita operacional. Assim, foi possível elevar a receita em mais de 22% em relação a 2001/2000 e de 38% em relação a 2001/1999, contra apenas 7,6% de crescimento da nossa despesa operacional em igual período. Gratifica-nos constatar que foi possível reverter todos aqueles índices desfavoráveis, a exemplo do resultado operacional, que em 1999 era de R\$ 33,8 milhões de déficit para em 2001 apresentar um superávit de R\$ 2,1 milhões; a margem operacional, que foi reduzida de 1,185 para 0,922; os encargos financeiros, que também foram reduzidos de R\$ 38,2 milhões em 1999 para R\$ 17,5 milhões em 2001; o incremento do patrimônio líquido em igual período, saindo de R\$ 464 milhões para R\$ 852 milhões; a inversão de um prejuízo de R\$ 76,2 milhões para um lucro de R\$ 4,95 milhões; o crescimento do índice de liquidez corrente superior a 300%, tudo isso concorrendo para, no final do exercício de 2001, conferirmos um lucro por ação de R\$ 0,196.

Nesta fase de reordenamento, os indicadores de desempenho da COMPESA sugeriram o momento como ideal e único para se avançar na reestruturação da empresa. O nosso compromisso deve ser com uma progressiva eficácia de resultados, sobrepondo-se a aspectos conjunturais e ingerências crônicas. Devemos, pois, pensar numa empresa para o amanhã, esquecendo velhos dogmas, práticas e paradigmas. O novo desenho do setor de saneamento básico impõe eficiência, qualidade e produtividade como fatores determinantes de sobrevivência das estatais de saneamento. Ademais, a sociedade atual não aceita que administrações públicas ou de estatais acumulem débitos que comprometam ou engessem as gestões seguintes. Todavia, se não houver continuidade nas ações, em pouco tempo todos esses indicadores estarão deteriorados, retomando o quadro de dificuldades, face aos incrementos inevitáveis de despesas com os diversos insumos, sobretudo energia elétrica, componentes do processo de captação, adução, tratamento e distribuição de água e de coleta, transporte e tratamento dos esgotos sanitários, além dos novos custos operacionais decorrentes da incorporação de novos sistemas ao ativo da empresa através do Programa ÁGUAS DE PERNAMBUCO.

Consideramos 2001 um ano de grande importância para a COMPESA, a partir das decisões adotadas pelo Governo do Estado e da consciência de que todos os esforços foram empreendidos para que a empresa possa contribuir para o desenvolvimento de Pernambuco, da saúde de sua população e para a geração de empregos. O sucesso desse esforço conjugado - Governo do Estado (principalmente através da equipe da Secretaria de Infra-Estrutura) e COMPESA (Conselheiros, Diretores e empregados), agentes financiadores (notadamente a Caixa Econômica Federal) e demais colaboradores (fornecedores e prestadores de serviços) - está na transparência do processo e na efetiva participação de todos. O foco deve ser sempre os clientes, para os quais temos que direcionar nossas melhores atenções, com dedicação e eficácia. Registramos nossa confiança no empenho, competência técnica e gerencial e na perseverança de todos os que fazem a empresa, acreditando que com profissionalismo e determinação haveremos de fazê-la, doravante, melhor reconhecida pela sociedade.

Recife, 09 de abril de 2002  
Pela Diretoria  
Gustavo da Mata Pontual Sampaio

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000 (em reais)**

ATIVO	2001		2000		PASSIVO	2001		2000	
<b>CIRCULANTE</b>	<b>232.750.562</b>	<b>197.470.601</b>			<b>CIRCULANTE</b>	<b>102.642.548</b>	<b>87.714.538</b>		
Disponibilidades	15.489.806	9.150.048	Contas a Pagar	68.422.675	54.185.137				
Bens Numerários	1.524.024	1.074.891	Amortizações Vincendas de Financiamentos	3.895.202	4.068.805				
Depósitos Livres	2.505.780	1.775.942	Provisão para Contingências	19.008.028	19.365.668				
Depósitos Vinculados	7.322.094	3.483.419	Provisões para Férias	5.799.283	5.554.042				
Títulos Vinculados ao Mercado Aberto	4.137.908	2.815.796	Outros Valores Exigíveis a Curto Prazo	5.517.361	4.540.886				
<b>Créditos, Direitos e Outros Valores Realizáveis</b>	<b>217.260.755</b>	<b>188.320.553</b>	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>114.768.811</b>	<b>120.454.021</b>				
Contas a Receber de Usuários	194.314.619	163.004.706	Créditos para Integraliz. de Aumento de Capital		0				
Créditos a Receber	14.273.319	16.714.150	Financiamentos Obtidos	50.276.829	49.027.675				
Valores e Bens	360.534	256.193	Provisões Diversas e Contas a Pagar	64.491.983	71.426.346				
Estoques para Operação	7.818.919	7.767.248	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>852.152.564</b>	<b>762.029.930</b>				
Despesas do Exercício Seguinte	493.365	578.256	Capital Social	1.091.759.429	1.018.630.817				
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>520.658</b>	<b>485.152</b>	Reservas de Capital	1.372.184	954.002				
Empréstimos Compulsórios	453.880	418.375	Prejuízos Acumulados	(324.781.830)	(329.729.554)				
Outras Contas	66.777	66.777	Créditos para Integraliz. de Aumento de Capital	83.802.781	72.174.665				
<b>PERMANENTE</b>	<b>836.292.704</b>	<b>772.242.736</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.069.563.924</b>	<b>970.198.489</b>				
Investimentos	3.642.200	3.642.199							
Imobilizado	832.650.505	768.600.534							
Diferido	0	3							
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.069.563.924</b>	<b>970.198.489</b>							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000 (em reais)**

	2001	2000
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>252.000.791</b>	<b>205.905.131</b>
De Serviços de Abastecimento D'água	197.503.696	160.395.138
De Serviços de Esgotos Sanitário	54.497.095	45.509.993
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(232.333.297)</b>	<b>(215.915.714)</b>
Operação e Manutenção	(188.486.462)	(174.375.202)
Comerciais	(14.048.629)	(16.127.904)
Administrativas	(18.915.147)	(16.720.076)
Tributárias	(10.883.059)	(8.692.532)
<b>LUCRO/PREJUÍZO OPERAC. ANTES DOS ENC. FINANC.</b>	<b>19.667.494</b>	<b>(10.010.583)</b>
Encargos Financeiros (Líquidos)	(17.484.218)	(32.302.268)
<b>LUCRO/PREJUÍZO OPERAC. APÓS OS ENC. FINANC.</b>	<b>2.183.276</b>	<b>(42.312.851)</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>4.278.304</b>	<b>(4.651.200)</b>
<b>RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES</b>	<b>6.461.581</b>	<b>(46.964.051)</b>
Provisão para o Imposto de Renda	(1.106.777)	0
Provisão para Contribuição Social s/ Lucro	(407.080)	0
<b>LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>4.947.725</b>	<b>(46.964.051)</b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO POR AÇÃO-MIL</b>	<b>0,196</b>	<b>(1,999)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000 (em reais)**

	CAPITAL REALIZADO ATUALIZADO				
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL AUXÍLIO PARA OBRAS	PREJUÍZO ACUMULADO	SUBTOTAL	ADIANT. P/ AUMENTO CAPITAL
<b>Saldos em 31 de dezembro de 1999</b>	<b>719.035.452</b>	<b>358.285</b>	<b>(333.644.185)</b>	<b>385.749.552</b>	<b>0</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores			50.878.682	50.878.682	50.878.682
<b>Aumentos do Capital:</b>					
AGO/ 28/04/2000					
- Auxílio para Obras	358.275	(358.275)	0	0	0
AGE/ 18.07.2000					
- Com Créditos do Governo Estadual	78.212.371	0	0	78.212.371	(78.212.371)
AGE/ 11/09/2000					
- Com Créditos do Governo Estadual	221.024.719	0	0	221.024.719	(221.024.719)
Auxílio para Obras	0	953.992	0	953.992	953.992
Recursos destinados p/ Aumento de Capital					371.411.755
Prejuízo do Exercício	0	0	(46.964.051)	(46.964.051)	0
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2000</b>	<b>1.018.630.817</b>	<b>954.002</b>	<b>(329.729.554)</b>	<b>689.855.265</b>	<b>72.174.665</b>
<b>Aumentos do Capital:</b>					
AGO-AGE/30/04/2001					
- Auxílio para Obras	953.985	(953.985)	0	0	0
9a.RCDA/03/07/2001					
- Com Créditos do Governo Estadual	72.174.626	1.372.167	0	72.174.626	(72.174.626)
Auxílio para Obras					1.372.167
Recursos destinados p/Aumentos de Capital					83.802.742
Lucro do Exercício			4.947.724	4.947.724	4.947.724
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2001</b>	<b>1.091.759.429</b>	<b>1.372.184</b>	<b>(324.781.830)</b>	<b>768.349.783</b>	<b>83.802.781</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000 (em reais)**

	2001	2000
<b>ORIGENS DOS RECURSOS</b>		
<b>Das Operações</b>		
Lucro/Prejuízo do Exercício	4.947.724	(46.964.051)
Depreciação e Amortizações	14.594.314	12.354.737
Encargos Financeiros	2.960.066	8.555.038
Valor Residual de Baixas do Imobilizado	914.872	338.983
	23.416.976	(25.715.293)
<b>Dos Acionistas</b>		
Ajustes de Exercícios Anteriores		50.878.681
Recursos Destinados a Aumento de Capital	83.802.742	293.199.355
	83.802.742	344.078.036
<b>De Terceiros</b>		
Auxílio para Obras	1.372.167	953.992
Empréstimos e Financiamentos	0	57.433.949
	1.372.167	58.387.941
<b>TOTAL DAS ORIGENS</b>	<b>108.591.885</b>	<b>376.750.684</b>
<b>APLICAÇÕES DOS RECURSOS</b>		
Aumento do Realizável Longo Prazo	35.506	84.409
Aquisições de Imobilizado	78.644.285	74.125.568
Transferência do Exigível a Longo Prazo para o Circulante	9.560.144	14.033.055
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES</b>	<b>88.239.935</b>	<b>88.243.032</b>
<b>VARIÇÃO DO CAPITAL CIRC. LÍQUIDO</b>	<b>20.351.951</b>	<b>288.507.652</b>
<b>REPRESENTADO POR:</b>		
Varição no Ativo Circulante	35.279.960	37.251.756
Varição no Passivo Circulante	14.928.010	(251.255.896)
	20.351.950	288.507.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CONTINUAÇÃO



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E DE 2000

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

**A COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA**, é uma sociedade por ações em regime de economia mista, autorizada pela Lei nº 6.307, de 29 de julho de 1971, tendo como principal objetivo social o planejamento e a execução de abastecimento de água e de sistema de esgotamento sanitário, além do aproveitamento dos recursos hídricos em todo o Estado de Pernambuco. Conta, para esse fim, com um quadro de 3611 empregados (3.737 em 2000).

## 2. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A partir de 01 de janeiro de 1996 não mais é previsto o reconhecimento dos efeitos inflacionários.

## 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios adotados para elaboração das demonstrações contábeis foram:

- a) Apuração do Resultado**  
As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência dos exercícios.
- b) Aplicações Financeiras**  
São investimentos temporários de liquidez imediata, demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- c) Estoques**  
Avaliado ao custo médio de aquisição que não excede aos custos de reposição ou valores líquidos de realização.
- d) Investimentos**  
O valor dos investimentos está avaliado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.
- e) Imobilizado**  
O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear cujas taxas utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil desses ativos.
- f) Diferido**  
O ativo diferido está registrado pelo custo corrigido até 31 de dezembro de 1995. Amortização é calculada pelo método linear à taxa de 20% (vinte por cento) ao ano.
- g) Impostos e Contribuições Sociais**  
Os impostos e contribuições sociais vencidos foram atualizados pelos encargos financeiros até a data do Balanço. Os parcelamentos dessas obrigações estão demonstrados pelo valor das parcelas acrescido de encargos legais.
- h) Fornecedores e Empreiteiros**  
Estão registrados pelo valor da fatura original, acrescidos pelos encargos financeiros previstos contratualmente.
- i) Empréstimos e Financiamentos**  
Estão atualizados pela variação monetária, acrescidos dos respectivos encargos incorridos até a data do balanço.
- j) Recursos destinados para Aumento de Capital**  
Os recursos recebidos com expressa condição de serem aplicados em integralização de futuro aumento do capital social, são classificados diretamente no Patrimônio Líquido.

## 4. CONTAS A RECEBER

O saldo desta conta está assim constituído:

	R\$	
	2001	2000
Faturamento d'água e Esgotos Sanitários	157.548.602	126.504.339
Prestação de Outros Serviços	20.496.069	22.241.222
Prestação de Contas d'água e Esgotos Sanitários	16.269.947	14.259.145
	<b>194.314.618</b>	<b>163.004.706</b>

## 5. IMOBILIZADO

Os saldos são compostos como seguem:

	R\$		Liquido	Liquido	Taxas Anuais de Depreciação (média)
	2001	2000			
<b>Em Operação</b>					
Abastecimento d'água	526.594.934	134.057.634	392.537.300	393.198.410	2%
Esgotos Sanitários	162.644.962	64.093.546	98.551.416	101.744.886	20%
Bens de Uso Geral	56.006.308	41.177.291	14.829.017	14.326.954	10%
	<b>745.246.204</b>	<b>239.328.471</b>	<b>505.917.733</b>	<b>509.270.250</b>	
<b>Em Andamento</b>					
Abastecimento d'Água	288.927.099		288.927.099	233.094.382	
Esgotos Sanitários	37.263.764		37.263.764	25.693.993	
Bens de Uso Geral	541.908		541.908	541.908	
	<b>326.732.771</b>		<b>326.732.771</b>	<b>259.330.283</b>	
	<b>1.071.978.975</b>	<b>239.328.471</b>	<b>832.650.504</b>	<b>768.600.533</b>	

As quotas de depreciação do exercício, no valor de R\$ 14.594.314,12, foram totalmente absorvidas no resultado do exercício.

## 6. CONTAS A PAGAR

Os saldos são compostos como seguem:

No Circulante:	R\$		No Longo Prazo:	R\$	
	2001	2000		2001	2000
Fornecedores e Empreiteiros	14.200.529	12.275.675	REFIS	22.160.710	29.395.979
Confissão de Dívida	19.523.193	9.239.552	Instituto Nacional de Seguro Social - INSS	0	0
Impostos e Contribuições a Recolher	13.365.592	13.727.338	Fundação COMPESA de Previdência - COMPREV	41.639.870	42.030.367
Serviços Prestados	11.505.415	10.136.969	Provisões Diversas	691.403	0
Contribuições Sociais	6.400.628	5.993.111		<b>64.491.983</b>	<b>71.426.346</b>
Outras Contas a Pagar	3.427.317	2.812.492			
	<b>68.422.674</b>	<b>54.185.137</b>			

## PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Através da Lei 9.964 de 10 de abril de 2000, foi criado o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS. De acordo com a citada Lei, as pessoas jurídicas devedoras de impostos e contribuições junto à Receita Federal e ao INSS, com vencimento até 29 de fevereiro de 2000, poderiam optar pelo parcelamento da dívida consolidada, naturalmente desde que fossem de acordo com algumas normas impostas pelo Comitê Gestor do REFIS.

Em 24 de abril de 2000, a empresa formalizou a opção pelo REFIS, para regularizar os débitos junto à Receita Federal e ao INSS. A composição deste débito consolidado é a seguinte:

Imposto	Valor do Principal - R\$	Valor dos Encargos - R\$	Saldos em 24/04/2000 - R\$	Valor Compensado - R\$	Valor a Pagar - R\$
INSS	26.542.609	43.895.976	70.438.585	43.895.976	26.542.609
PASEP	1.845.472	1.850.513	3.695.984	1.850.513	1.845.472
COFINS	9.813.593	9.594.050	19.407.643	5.463.887	13.943.756
TOTAL	<b>38.201.674</b>	<b>55.340.539</b>	<b>93.542.212</b>	<b>51.210.376</b>	<b>42.331.837</b>

A Companhia fez a opção pela modalidade de parcelamento em 60 meses, sendo os valores remunerados com base na TJLP - taxa de juros a longo prazo, que não estão sujeitos ao limite de pagamento com base no percentual do faturamento. Esta opção considerou como item relevante a redução da taxa de juros aplicáveis aos referidos débitos, passando de SELIC, que corrigia os impostos. Os ajustes em função da adesão ao REFIS totalizou R\$ 50.878.681 lançado em conta de Patrimônio Líquido, com ajustes de exercícios anteriores.

O total pago desde a data de opção ao REFIS, em 24 de abril de 2000, até 31 de dezembro de 2000, foi de R\$ 6.571.583.

Ao aderir ao REFIS, a Companhia assumiu a obrigatoriedade de pagamentos regulares dos impostos e contribuições, conforme determinação legal.

## CONFISSÃO DE DÍVIDA

A Companhia celebrou em novembro de 2000 um instrumento Particular de Confissão de Dívida com a Fundação COMPREV DE SEGURIDADE SOCIAL, tendo como interveniente o Banco do Estado de Pernambuco S.A. no montante de R\$ 41.639.504, correspondente ao débito atualizado até outubro/2000, mediante as seguintes condições:

- Prazo de Carência: 12 meses (vencimento da 1ª prestação em 30/11/2001);
- Prazo de Amortização: 120 meses a contar inclusive, de novembro/2001;
- Taxa de Juros: 0,4867551% ao mês, equivalente a 6% ao ano;
- Atualização Monetária Mensal: INPC do BGE.

## 7. FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

	R\$			
	2001		2000	
	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	CIRCULANTE	LONGO PRAZO
<b>Moeda Nacional</b>	<b>*50.276.829</b>	<b>*3.640.013</b>	<b>*2.351.120</b>	<b>48.963.653</b>
Caixa Econômica Federal	**	**255.189	**0	64.022
Banco do Nordeste /FINEP	<b>50.276.829</b>	<b>3.895.202</b>	<b>2.351.120</b>	<b>49.027.675</b>

\* Financiamentos obtidos junto à Caixa Econômica Federal, destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários em Recife e demais cidades do estado de Pernambuco. Incidem juros de 6,5% a.a., vencíveis mensalmente, acrescidos da variação da Unidade Padrão de Referência Diária - UPR-D. O vencimento final desses financiamentos está previsto para o ano de 2009.

\*\* A captação dos recursos financeiros junto ao Banco do Nordeste /FINEP destina-se à elaboração de projetos de saneamento básico, para sistemas públicos de abastecimento de água e esgoto sanitário em comunidades do estado de Pernambuco. Incidem juros de 10% a.a., mais a variação da TJLP com redutor de 6% a.a. e "Del-credere" de 2% a.a., mensalmente, com liquidação prevista para o ano de 2002.

## 8. CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A administração, com base em análise conjunta com os seus consultores jurídicos, constituiu provisão considerada suficiente para fazer face a prováveis desfechos desfavoráveis à Companhia, em andamento nas instâncias administrativa e judicial, no valor de R\$ 19.008.028.

Existem, na esfera judicial, processos movidos pela Prefeitura da Cidade do Recife referentes à cobrança do imposto sobre Serviços incidente sobre o faturamento de água e esgoto da Companhia. Esses processos se encontram em fase inicial de discussão na esfera judicial e, por falta de uma legislação que trate sobre a matéria em questão, do ponto de vista doutrinário, esta matéria deverá levar algum tempo para ser apreciada. A Companhia entende que essas ações não devem ser consideradas como contingências judiciais.

## 9. CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL

Referem-se a valores transferidos pelo Governo do Estado de Pernambuco para serem utilizados em futuro aumento de capital na Companhia, conforme determina a Instrução Normativa nº125/91, da Secretaria da Fazenda Nacional.

## 10. AUXÍLIO PARA OBRAS

Representa os recursos recebidos e destinados a investimentos em obras e/ou serviços, aguardando a formalização dos atos legais para a sua integralização ao capital.

## 11. CAPITAL SOCIAL

O capital social é composto por ações sem valor nominal assim distribuídas:

Tipo de Ação	Quantidade de Ações 2001	Quantidade de Ações 2000
Ordinárias	25.102.999	23.416.488
Preferenciais	76.515	76.443
<b>Total</b>	<b>25.179.514</b>	<b>23.492.931</b>

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano, e, em caso de liquidação, no reembolso do capital, sem direito a prêmio, bem como participação sem restrições no aumento do capital decorrente da capitalização de reservas e lucros. O Governo do Estado de Pernambuco participa com 99,70% (em 31.12.00 era de 99,67%), do capital social da Companhia.

## 12. PLANO DE APOSENTADORIA

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Previdência e Assistência - COMPREV, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a prestação de planos de benefícios complementares, ou assemelhados aos concedidos pelo sistema previdenciário, a seus empregados. Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu até novembro de 2000 com a taxa de 8,39% (oito vírgula trinta e nove por cento) da folha de remuneração de todos os empregados, sendo 2,5% (dois vírgula cinco por cento) correspondentes à contribuição amortizante e 5,89% (cinco vírgula oitenta e nove por cento) correspondentes à contribuição normal. Com a implantação da Emenda Constitucional nº 20/98, a Companhia passou, em dezembro de 2000, a contribuir com a taxa de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) correspondente à contribuição amortizante e a contribuição normal passou a ser igual ao valor das contribuições recolhidas pelos participantes ativos e assistidos.

## 13. RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

Compõem-se de:

Receitas	R\$	
	2001	2000
Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	7.093.184	9.266.734
Indenizações e Ressarcimentos de Despesas	1.911.382	908.497
Outras Receitas	1.381.983	313.273
	<b>10.386.549</b>	<b>10.488.504</b>

Despesas	R\$	
	2001	2000
Perdas Eventuais/Extraordinárias	506.739	8.587.285
Funcionários à Disposição de Outros Órgãos	5.295.994	3.108.710
Custo de Bens/Materiais Baixados	9.399	0
Outras Despesas	296.115	3.443.709
	<b>6.108.244</b>	<b>15.139.704</b>

## 14. PREJUÍZOS FISCAIS E BASES NEGATIVAS DA CSLL

O saldo de R\$ 449.705.372, correspondente a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social, foi amortizado em R\$ 50.878.681 quando da adesão ao Programa de Recuperação Fiscal. A Companhia abdicou o direito de compensação do valor remanescente de R\$ 398.826.692, conforme Legislação do REFIS.

CONTINUAÇÃO

**15. CONTINGÊNCIAS FISCAIS**

A declaração de imposto de renda e demais encargos tributários resultantes das operações da Companhia, estão sujeitas a exames por parte das autoridades fiscais dentro dos prazos prescricionais.

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA, infra-assinados, examinaram as Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2001, como também o Relatório e Parecer da empresa de auditoria AUDIMEC - AUDITORES INDEPENDENTES S/C, concluindo que, embora procedam as ressalvas constantes nas peças acima citadas, as Demonstrações em exame podem ser aprovadas pelos acionistas.

Recife, 08 de abril de 2002

Economista Carlos Roberto Dutra Penante  
CIC - 033.546.607-91  
Advogado José Lamarine Távora  
CIC - 000.518.374-04  
Engenheiro Fernando Lins de Albuquerque  
CIC - 344.853.414-53

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos  
Acionistas e Administradores da  
COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA  
RECIFE - PE

- 1) Examinamos as Demonstrações Contábeis da COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA, levantadas em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis.
- 2) Exceto no que tange ao mencionado no § 3; nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas de Auditoria e compreenderam: (a) O planejamento dos

trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil de Controles internos da Entidade; (b) A constatação, com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) A avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Entidade, bem como da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto com as Notas Explicativas.

3) O Ativo Imobilizado não está suportado por controles internos adequados, tolhe-nos de aplicar procedimentos de auditoria necessários para mensuração da exatidão do saldo da referida conta. A inexistência de tais controles, associada à falta de transferência de obras efetivamente concluídas registradas na conta de "Obras em Andamento" e como tal, não depreciadas, causam distorções no cálculo da Depreciação do Imobilizado em montante que não conseguimos precisar, fato que impossibilitou aplicarmos procedimentos apropriados para aferição de sua exatidão, impossibilitando-nos de emitir opinião acerca desse saldo e de sua contrapartida contábil em contas de resultado.

4) Em nossa opinião, sujeitas aos reflexos dos ajustes decorrentes de medidas saneadoras dos assuntos tratados no § 3 as Demonstrações Contábeis referidas no § 1º, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio social e das origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade aplicados no Brasil, segundo a legislação societária.

5) As Demonstrações Contábeis do exercício de 2000 apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por FERREIRA & ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/C, cujo parecer com ressalva devido aos fatos mencionados no § 3, e enfatizando no § 6 a necessidade de soluções continuadas de incrementos da lucratividade, visando reverter a situação deficitária apontada, e foi firmado em 04 de Abril de 2001.

6) Ações Judiciais em fase primária de discussão meritória, movidas pela Prefeitura da Cidade do Recife contra a Companhia, relativas à cobrança de imposto Sobre Serviços ISS, incidente em suas atividades, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 09, não foram registradas contabilmente em "Contingências Passivas Judiciais" porque entendem seus administradores que tais ações demandarão tempo e litígio devido à falta de doutrina aplicável à questão.

Recife-PE, 03 de Abril de 2002

AUDIMEC - Auditores Independentes S/C  
CRC/PE 000150-0  
PETRÔNIO DE ARAÚJO PEREIRA  
CRC/PE 000738/O-6  
RAUL PEREIRA NETO  
CRC/PE 11150-CT

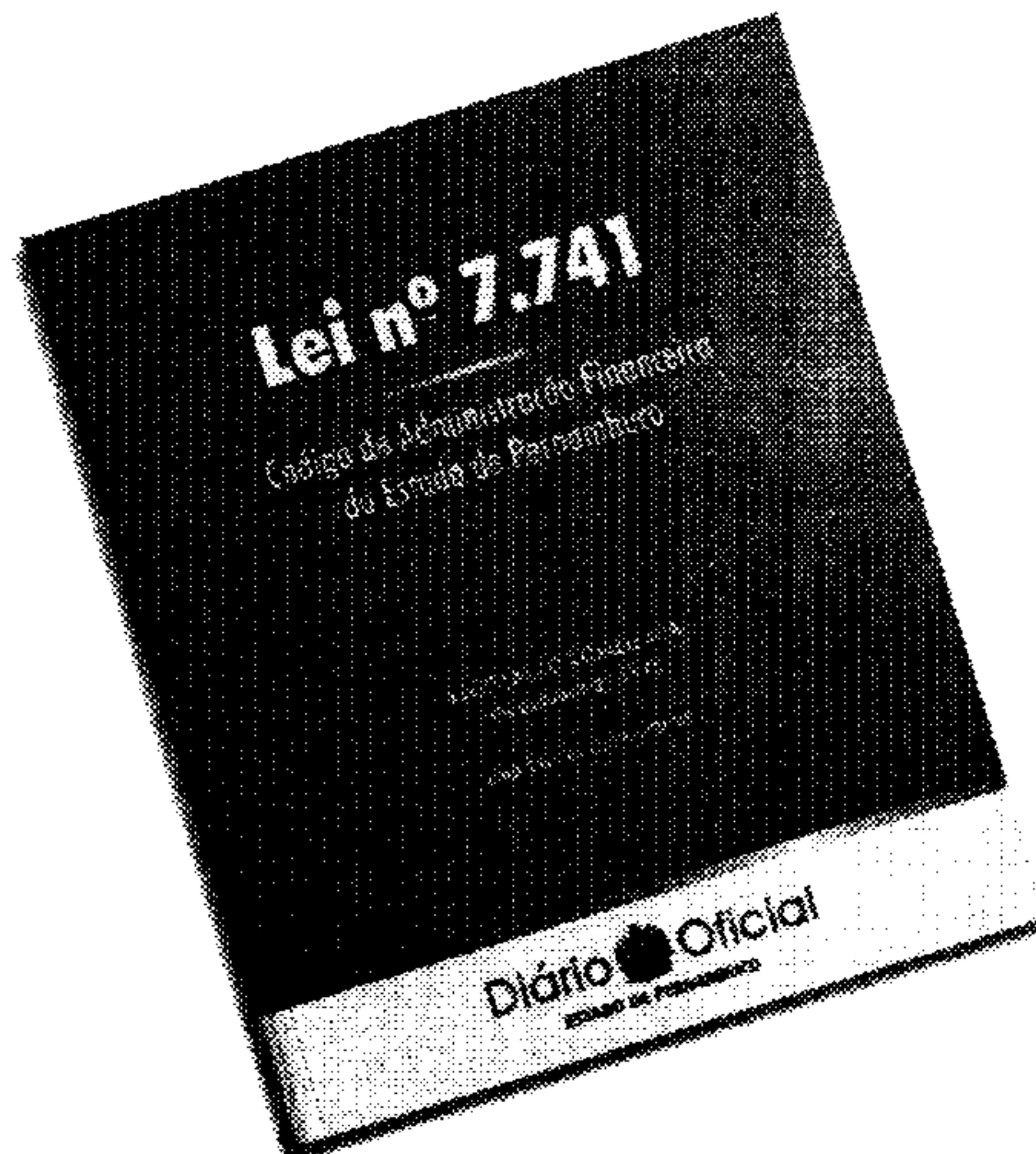
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPESA**

FERNANDO ANTONIO CAMINHA DUEIRE  
CPF/MF 193.643.694-91  
GUSTAVO DA MATA PONTUAL SAMPAIO  
CPF/MF 103.344.084-15  
MAURICIO DOMINGUES COUTINHO  
CPF/MF 000.661.764-68  
DEZINÁRIO ALVES DA SILVA  
CPF/MF 012.900.534-72  
ROBERTO CHAVES PANDOLFI  
CPF/MF 104.180.244-72  
JOSÉ CARLOS DIAS E FREITAS  
CPF/MF 002.417.174-34

**DIRETORIA DA COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA**

GUSTAVO DA MATA PONTUAL SAMPAIO  
Diretor Presidente CPF/MF 103.344.084-15  
FREDERICO DO REGO MACIEL NETO  
Diretor de Gestão CPF 070.456.204-96  
FERNANDO DE CASTRO LOBO JUNIOR  
Diretor de Operações CPF/MF 327.860.344-34  
ALVARO JOSÉ MENEZES DA COSTA  
Diretor Técnico CPF 140.115.494-87  
EUGÊNIO MANOEL DO NASCIMENTO  
Diretor Comercial CPF 148.883.944-15  
NIVALDO JUSTINO DE LIMA  
Gerência Econômica CPF 080.904.834-53  
ADILSON RAMOS DA SILVA  
Contador CRC 015922-PE CPF 686.144.544-49

(AD)



# Código de Administração Financeira do Estado de Pernambuco

**À venda em nossa Editora.**

Rua Coelho Leite, 530 - Santo Amaro - Recife - PE - Cep: 50.100-140

Fone: (81) 421.4233 - [www.fisepe.pe.gov.br/cepe](http://www.fisepe.pe.gov.br/cepe)

e-mail: [cepecom@fisepe.pe.gov.br](mailto:cepecom@fisepe.pe.gov.br)

